

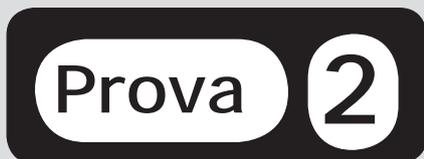


Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Conhecimentos Específicos

Concurso Público: MDIC- 2012
(Edital ESAF n. 04, de 21/3/2012)

Instruções



1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las.”

4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

COMÉRCIO INTERNACIONAL

- 1 - O valor aduaneiro de um bem, para efeitos de tributação quando de sua importação, deve ser, segundo o Acordo de Valoração Aduaneira, o preço efetivamente pago ou a pagar pelo mesmo em uma venda de exportação ao país de importação. Sobre a aplicação deste critério, é correto afirmar que:
- deve ser feita de forma incondicional, tanto no que se refere à disposição e uso do bem em questão pelo comprador, quanto às condições de venda.
 - deve tomar em conta condicionalidades previstas no Acordo, tais como a adição ao valor aduaneiro de custos incorridos pelo importador e não incorporados ao preço pago e que estejam associados a comissões e corretagem, custos de embalagem, *royalties* e licenças.
 - quando da impossibilidade de determinação do valor de transação, tomar-se-á com critério substitutivo o preço de venda de bens idênticos praticado no país importador.
 - é de natureza exclusiva, por ser sua determinação calcada em informações objetivas e acessíveis.
 - comporta alternativamente a opção por outro critério razoável mutuamente acordado entre a autoridade aduaneira e o importador, e que esteja em conformidade com o Acordo de Valoração Aduaneira.
- 2 - São características básicas do Sistema Geral de Preferências (SGP):
- é um sistema universal de liberalização comercial, pactuado, gradual e irrevogável no que tange às preferências tarifárias concedidas.
 - a incondicionalidade da aplicação das preferências outorgadas, a não discriminação e a não reciprocidade.
 - a concessão de preferências mútuas entre países em desenvolvimento, o caráter temporário e a incondicionalidade das preferências negociadas.
 - é um sistema unilateral e não recíproco, de caráter temporário, em que o país outorgante define os produtos elegíveis, as margens de preferências concedidas e as regras aplicáveis à sua concessão.
 - o alcance restrito às economias desenvolvidas, a discricionariedade e o caráter temporário das preferências concedidas.
- 3 - Os critérios e regras de valoração aduaneira presentes no Código Aduaneiro do Mercosul
- são os mesmos utilizados no âmbito da OMC, sendo a base de cálculo o “valor da transação” consubstanciado no preço efetivamente pago ou a pagar pela mercadoria adquirida, acrescido dos custos de transporte até o porto, além dos gastos auferidos com carregamento, descarregamento e seguro.
 - tomam por base o disposto no Acordo de Valoração Aduaneira da OMC quanto ao valor de transação como critério básico, mas reduz e simplifica os métodos subsequentes de valoração previstos naquele Acordo quando da impossibilidade de determinação do valor de transação.
 - são peculiares em razão da integração produtiva, da estrutura tarifária do Mercosul e do regime de livre comércio entre os países membros, fatores que alteram os parâmetros de determinação do valor de transação preconizados na Organização Mundial do Comércio (OMC).
 - são aplicáveis exclusivamente às importações procedentes de terceiros países e regiões, haja vista a não incidência de tarifas no comércio intrazona.
 - coincidem com a normativa da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em cujo âmbito estão amparados juridicamente os acordos do Mercosul.
- 4 - São competências da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX):
- definir diretrizes e procedimentos relativos à implementação da política de comércio exterior do Brasil, coordenar e orientar as ações dos órgãos que possuem competências na área de comércio exterior e fixar direitos *anti-dumping* e compensatórios e salvaguardas.
 - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira, administrar, controlar, normatizar e avaliar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e apoiar o exportador brasileiro submetido a investigações de defesa comercial.
 - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação; propor diretrizes que articulem o emprego do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais de política de comércio exterior; implementar os mecanismos de defesa comercial.
 - formular diretrizes básicas da política tarifária na importação e exportação, estabelecer diretrizes e procedimentos para investigações relativas a práticas desleais de comércio exterior e coordenar as ações de promoção e de informação comercial.
 - fixar as alíquotas do imposto de importação, fixar direitos *anti-dumping* e compensatórios e acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira.

- 5 - Considerando a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos Internacionais de Compra e Venda de Mercadorias, julgue as assertivas abaixo e assinale a opção correta.
- a) A Convenção aplica-se aos contratos internacionais privados de compra e venda de mercadorias, estando aqueles que envolvam entes governamentais sujeitos à normativa da Organização Mundial do Comércio.
 - b) A Convenção consagra o princípio da liberdade contratual nos contratos de compra e venda internacional de mercadorias ao reconhecer a possibilidade de que, mediante desejo das partes, seja a sua aplicação excluída, derogadas suas disposições ou alterados seus efeitos.
 - c) Dados o alcance e natureza dos contratos firmados sob sua égide e seus efeitos jurídicos no campo internacional, a Convenção proíbe a celebração de contratos informais e dispõe sobre a necessidade de instrumento escrito para a formação do contrato.
 - d) A Convenção estipula normas que determinam as obrigações do vendedor e em relação aos termos e condição de entrega da mercadoria transacionada, mas não alcança questões relacionadas à qualidade e condições de uso ou consumo da mesma.
 - e) A Convenção é aplicada aos contratos celebrados entre pessoas jurídicas de natureza comercial e não alcança transações entre entes civis e aquelas envolvendo mercadorias transacionadas para uso pessoal, familiar ou doméstico.
- 6 - A respeito do Imposto sobre Exportações, é correto afirmar que:
- a) incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior e tem como fato gerador sua saída do território nacional.
 - b) incide sobre bens não essenciais exportados para consumo final e tem como fato gerador o registro de exportação no Sistema Integrado de Comércio Exterior.
 - c) incide sobre mercadoria nacional destinada ao exterior e tem como base de cálculo o valor aduaneiro do bem exportado.
 - d) sua alíquota está fixada em 30%, sem possibilidades de redução ou majoração, e tem como base de cálculo o preço normal que a mercadoria alcançaria em uma venda em condições livre de concorrência no mercado internacional.
 - e) incide sobre toda mercadoria destinada ao exterior a partir do território nacional e tem como fato gerador a emissão da Declaração de Exportação (DE).
- 7 - Considerando a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), é correto afirmar que:
- a) tem como fato gerador o registro da Declaração de Importação e sua base de cálculo é o valor de transação da mercadoria acrescido dos encargos cambiais correspondentes.
 - b) tem como fato gerador o desembaraço aduaneiro do bem importado e como base de cálculo o valor aduaneiro acrescido do imposto de importação e dos encargos cambiais pagos pelo importador ou dele exigíveis.
 - c) tem como fato gerador o ingresso do bem no território aduaneiro do país, e a base de cálculo é o valor aduaneiro acrescido do ICMS e o valor das próprias contribuições.
 - d) tem como fato gerador o desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira, e sua base de cálculo é o valor aduaneiro acrescido do ICMS e dos encargos cambiais.
 - e) tem como fato gerador o registro da Declaração de Importação, e sua base de cálculo é o valor aduaneiro acrescido do imposto de importação e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador.
- 8 - O regime aduaneiro que permite o armazenamento de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público com suspensão do pagamento dos impostos incidentes na importação ou a permanência da mesma em feira, congresso, mostra ou evento semelhante, realizado em recinto privado e previamente alfandegado para esse fim, denomina-se:
- a) Trânsito aduaneiro.
 - b) Admissão temporária.
 - c) Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado.
 - d) *Drawback*.
 - e) Entrepósito Aduaneiro na Importação.
- 9 - O regime aplicável ao transporte, pelo território aduaneiro de mercadoria estrangeira, nacional ou nacionalizada, verificada ou despachada para reexportação ou exportação e conduzida em veículo com destino a exterior, com suspensão de tributos, denomina-se:
- a) Trânsito aduaneiro.
 - b) Admissão temporária.
 - c) Despacho para trânsito.
 - d) *Drawback*.
 - e) Entrepósito Aduaneiro na Exportação.

10- A promoção do desenvolvimento em áreas fronteiriças da Região Norte do País e o incremento das relações bilaterais com os países vizinhos naquela mesma região, em consonância com a política de integração latino-americana, são objetivos expressos do regime aduaneiro aplicado em área especial denominado:

- a) Zona Franca de Manaus.
- b) Área de Livre Comércio.
- c) Zona de Processamento de Exportação.
- d) Entrepasto Industrial.
- e) Loja Franca.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

11- De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s)

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.

12- Considere as premissas e os objetivos do Modelo Hecksher-Ohlin e assinale a opção correta.

- a) O modelo permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.
- b) O modelo é um complemento do modelo ricardiano por aliar a abundância dos fatores de produção aos custos do trabalho como fator explicativo dos padrões de especialização e dos ganhos do comércio.
- c) O modelo preconiza que um país produzirá e exportará aqueles produtos cujos fatores produtivos sejam aproveitados mais eficientemente, independentemente de sua oferta internamente.
- d) O modelo ressalta a dotação de recursos como fator determinante dos padrões de especialização e de comércio, considerando de importância secundária os custos dos fatores e a intensidade relativa de seu emprego na produção como elementos explicativos daqueles padrões.
- e) O modelo preconiza que, com a ocorrência do comércio, a especialização decorrente da abundância de fatores tende a produzir, ao longo do tempo, crescente diferenciação dos preços relativos dos fatores de produtos no mercado internacional.

13- Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- a) O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.
- b) Em um modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas, o comércio internacional é restringido pela segmentação dos mercados, escalas de produção limitadas e pequena diversidade de bens disponíveis para o intercâmbio comercial.
- c) Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.
- d) No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intra-indústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.
- e) Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimenta a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

14- A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que

- a) a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.
- b) não há efeitos significativos decorrentes da taxação das importações sobre a renda, pois os ganhos auferidos pelos setores beneficiados pela proteção tarifária tendem a ser anulados pelo aumento subsequente dos preços relativos e pela contração da demanda no mercado doméstico.
- c) exerce efeito concentrador na medida em que alimenta a transferência de renda dos consumidores para os produtores.
- d) em virtude da contração das importações e do favorecimento da produção doméstica, o efeito concentrador inicial tende a se reverter em razão do crescimento da produção e da renda nacional em um segundo momento.
- e) a renda do governo diminui e aumenta, concomitantemente, a renda dos produtores domésticos.

- 15- Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que
- é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
 - é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
 - é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
 - prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
 - é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.
- 16- Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que
- são proibidos pela normativa da OMC por distorcerem as condições de concorrência internacional.
 - seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.
 - produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.
 - exercem efeitos concentradores de renda na medida em que envolvem transferência de recursos públicos em favor de um segmento específico do setor produtivo, e diminuem a renda do próprio governo e dos consumidores.
 - possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.
- 17- A Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) é uma entidade econômica multilateral dedicada à promoção do comércio e dos investimentos entre seus membros. Em relação à integração econômica em seu âmbito, é correto afirmar que
- a APEC conforma, no presente, uma área de preferências tarifárias em transição para uma área de livre comércio a ser conformada até 2020.
 - a APEC objetiva estimular a liberalização do comércio e dos investimentos mediante a cooperação econômica e técnica, a promoção de medidas de facilitação do comércio e não pela via da expansão e do aprimoramento de acordos preferenciais ou compromissos mandatários entre seus membros.
 - objetiva a criação de uma área de livre comércio que resultará da convergência dos acordos comerciais regionais já celebrados entre seus estados membros.
 - a Associação atua no sentido de fortalecer e aprimorar os acordos comerciais regionais já celebrados entre os países membros e de facilitar, ao mesmo tempo, a instauração de um regime de livre comércio na Associação.
 - a APEC foi constituída almejando o estabelecimento de um mercado comum entre os países membros.
- 18- A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é a maior organização latino-americana voltada para a integração econômica. Sobre sua atuação neste campo, é correto afirmar que
- a Associação provê um foro de discussão e negociação de temas econômicos comerciais com vistas à formação de posições comuns nos foros negociadores internacionais.
 - alcança eminentemente temas de política comercial como tarifas, classificação de mercadorias, medidas de facilitação do comércio, salvaguardas, regras de origem e defesa da concorrência.
 - se restringe a prover o marco jurídico para acordos de integração bilaterais ou sub-regionais e a supervisionar as medidas adotadas pelos países membros na implementação dos acordos celebrados no marco da Associação em matéria de cooperação econômica .
 - define-se em torno da articulação de iniciativas de cooperação financeira e monetária, de facilitação do comércio e de apoio aos países de menor desenvolvimento relativo.
 - provê marco jurídico para iniciativas de integração econômica entre os países membros e uma área de preferências comerciais constituída com base na Preferência Tarifária Regional e em acordos de alcance parcial e de complementação econômica celebrados entre os países membros.

- 19- As transações realizadas com o objetivo de mitigar riscos associados à flutuação de preços de mercadorias ou de ativos financeiros e que envolvem a comercialização de instrumentos como contratos e títulos conversíveis cujos valores estão vinculados ao valor dos bens ou ativos que lhes deram origem conformam o mercado denominado:
- mercado de *swaps*.
 - mercado futuro.
 - mercado a termo.
 - mercado de opções.
 - mercado de derivativos.
- 20- Um dado país de economia aberta e que adota um regime cambial de taxas flexíveis atravessa um período de intenso crescimento econômico, alimentado por vultosos investimentos diretos; a despeito do forte crescimento das importações, vem acumulando robustos superávits comerciais; em contrapartida, enfrenta um surto inflacionário que leva o Banco Central a promover a gradual elevação das taxas de juros. O cenário externo é marcado pela preponderância de políticas monetárias expansionistas, juros baixos e por grande liquidez internacional. Considerando os impactos desses fatores sobre o valor da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano, é correto afirmar que:
- atuam todos no sentido da valorização cambial.
 - atuam todos no sentido da desvalorização cambial.
 - os fatores externos (políticas monetárias expansionistas, juros baixos e alta liquidez no mercado internacional) concorrem para a desvalorização cambial.
 - os fatores domésticos (superávits comerciais, aumento dos juros, ingresso de investimentos externos) pressionam em favor da desvalorização do câmbio.
 - apenas o aumento das importações atua no sentido da desvalorização do câmbio.
- 21- A recente crise econômica em países da Zona do Euro colocaram em questão os benefícios da integração monetária tal como preconizados em formulações teóricas sobre áreas monetárias ótimas. De acordo com tais formulações, as áreas monetárias ótimas propiciam:
- a redução de custos de transação e ganhos de eficiência monetária associados à flutuação cambial.
 - a intensificação da integração econômica regional e maior flexibilidade para lidar com choques econômicos internos e externos.
 - o aumento da credibilidade da política monetária e a redução da incerteza cambial e da inflação.
 - a manutenção do poder de paridade de compra com os parceiros da área e maior autonomia na condução das políticas de juros.
 - a diluição dos efeitos de choques econômicos entre os participantes e menor disponibilidade de instrumentos alternativos de ajuste econômico.
- 22- No conjunto das instituições que integram o sistema financeiro internacional, o Banco de Compensações Internacionais possui condição e funções singulares. Acerca dele, é correto afirmar que
- oferece diversos serviços financeiros aos bancos centrais, a outras instituições monetárias oficiais e a instituições financeiras internacionais voltadas para a gestão de suas reservas e ativos financeiros internacionais.
 - é órgão integrante do Sistema Banco Mundial que provê assistência financeira sob a forma de empréstimos em condições facilitadas a projetos de desenvolvimento e de infraestrutura, em particular aos países de menor desenvolvimento relativo.
 - é organismo multilateral incumbido da promoção da cooperação entre instituições financeiras públicas e privadas no plano internacional.
 - atua no campo da cooperação monetária, provendo recursos para fundos de estabilização de reservas internacionais, concedendo empréstimos para a correção de desequilíbrios do balanço de pagamentos e assessorando os Bancos Centrais em matéria de controle de preços.
 - desempenha papel central na regulação do mercado internacional de capitais, notadamente no tocante à atuação das instituições financeiras não bancárias e bancos de investimentos.
- 23- São objetivos prioritários da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento:
- promover a cooperação e a integração econômica regional e aumentar a segurança energética.
 - reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, responder aos desafios da mudança climática, apoiar o desenvolvimento de energias renováveis e promover a sustentabilidade ambiental.
 - suprir as necessidades dos países pequenos e vulneráveis e promover a segurança ambiental.
 - promover o desenvolvimento por meio do setor privado, estimular as privatizações e a desregulamentação das economias.
 - promover a liberalização dos fluxos de bens e de capitais na região e apoiar a reestruturação do mercado financeiro.

24- O Clube de Paris atua com o sentido de encontrar soluções coordenadas e sustentadas para dificuldades de pagamento enfrentadas por países devedores mediante a reestruturação de dívidas e reestruturação das obrigações de serviços e antecipação de pagamentos. Caracteriza-se por ser um(a)

- a) organismo internacional integrado pelos bancos centrais dos principais países credores.
- b) organismo internacional integrado pelas principais instituições financeiras privadas internacionais.
- c) entidade de natureza informal integrada pelos principais credores oficiais.
- d) fórum intergovernamental de diálogo e cooperação em matérias econômicas.
- e) instituição financeira privada.

25- As questões relacionadas à governança econômica global têm assumido crescente relevância na agenda internacional. Nesse contexto, o G-20 financeiro desponta como principal referente para o tratamento de questões relacionadas à situação da economia global e à reforma das instituições econômicas internacionais. Considerando a atuação do G-20 nesse contexto, assinale a opção correta.

- a) O G-20 ocupou o lugar do G-8 como principal mecanismo multilateral de cooperação em matérias econômicas e financeiras em razão de sua maior representatividade e da importância das economias emergentes no contexto da economia global e para o tratamento da crise financeira.
- b) Voltado originalmente para o tratamento de questões comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da promoção dos interesses das economias emergentes na Rodada de Doha, o G-20 foi alçado à condição de plataforma institucional para a discussão e a coordenação de medidas voltadas para a superação da crise financeira global, desencadeada em setembro de 2008.
- c) Em razão da atual conjuntura econômica internacional, a agenda do G-20, tal como refletida nos encontros de cúpula, tem priorizado o tratamento de temas relacionados à reforma das instituições financeiras globais.
- d) A crise das economias da Zona do Euro forçou importante mudança de prioridades do G-20 que se deslocaram de questões vinculadas à regulação dos mercados financeiros para a estabilidade monetária e cambial.
- e) Os temas mais amplos como a promoção do desenvolvimento econômico, sustentabilidade, geração de emprego e combate à corrupção e dimensões sociais da globalização não formam parte da agenda do G-20.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26- Competência Tributária é a parcela de poder fiscal que as pessoas políticas que compõem a Federação recebem diretamente da Constituição para instituir, cobrar e administrar os tributos a ela atribuídos. Sobre a Competência Tributária, julgue os itens abaixo, e em seguida assinale a opção correspondente.

- I. Embora tal competência seja indelegável, a lei permite a delegação das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos a outras pessoas jurídicas de direito público.
- II. O produto da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte dos servidores estaduais e municipais, embora pertença aos respectivos Estados e Municípios, não retira da União sua competência legislativa e regulamentadora em relação a este tributo, tampouco as funções de fiscalizar e exigir o pagamento quando não tenha havido retenção.
- III. A mesma pessoa política detentora da competência de instituir, arrecadar e administrar determinado tributo é também aquela competente para conceder isenções dele, sem exceções.
- IV. O não exercício da competência tributária por determinada pessoa política autoriza a União a exercer tal competência.

- a) Há apenas um item correto.
- b) Há apenas dois itens corretos.
- c) Há apenas três itens corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

27- A Constituição Federal, entre outras limitações ao poder de tributar, veda o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Sobre esta isonomia tributária, é correto afirmar que:

- a) o STF entendeu inconstitucional, por ofensa a tal princípio, norma que proibia a adoção do regime de admissão temporária para as operações amparadas por arrendamento mercantil.
- b) não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do simples aquelas cujos sócios têm condição de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado.
- c) viola o princípio da isonomia a instituição, por parte de lei estadual, de incentivos fiscais a empresas que contratem empregados com mais de quarenta anos.
- d) para que um tratamento tributário diferenciado, como a isenção, seja justificado, não é necessário haver correlação lógica entre este e o elemento de discriminação tributária.
- e) não se permite a distinção, para fins tributários, entre empresas comerciais e prestadoras de serviços, bem como entre diferentes ramos da economia.

- 28- Alguns tributos, de acordo com a Constituição Federal, somente podem ser exigidos após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que os houver instituído ou modificado. Doutrinariamente, este lapso temporal é chamado de anterioridade especial, nonagesimal ou mitigada. Sobre ela, é incorreto afirmar que:
- a) a sua aplicação, como regra, afasta a aplicação da anterioridade de exercício.
 - b) em que pese sua adjetivação “mitigada”, constitui garantia mais efetiva ao contribuinte que a do art. 150, III, b, da Constituição Federal (anterioridade de exercício) isoladamente.
 - c) a alteração do prazo para recolhimento das Contribuições para o PIS/Pasep e Cofins também se sujeita ao princípio da anterioridade especial.
 - d) no caso de redução de alíquotas, é desnecessária a observância da anterioridade especial.
 - e) o vocábulo “lei”, termo *a quo* de contagem do prazo dos noventa dias, deve ser entendido, no caso das Medidas Provisórias, como a data da sua publicação, e não da sua conversão em lei.
- 29- Sobre a imunidade recíproca, que é a vedação constitucional à instituição e cobrança, por parte das pessoas políticas tributantes, de impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros, podemos afirmar que:
- a) a imunidade tributária gozada pela Ordem dos Advogados do Brasil não é da espécie recíproca, na medida em que a OAB desempenha atividade própria de Estado.
 - b) no caso de sociedades de economia mista controladas pela União, é relevante para definição da aplicabilidade da imunidade tributária recíproca a circunstância de a atividade desempenhada pela empresa estar ou não sujeita a monopólio estatal.
 - c) a imunidade tributária recíproca não é extensiva às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - d) as sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária recíproca.
 - e) a imunidade tributária recíproca aplica-se, inclusive, às taxas.
- 30- O princípio da capacidade contributiva, que informa o ordenamento jurídico tributário, estabelece que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Sobre ele, assinale a opção incorreta.
- a) Tal princípio aplica-se somente às pessoas físicas.
 - b) Constitui subprincípio do princípio da solidariedade.
 - c) Visa, entre outros objetivos, a assegurar o mínimo vital, ou mínimo existencial.
 - d) Constitui subprincípio do princípio da igualdade.
 - e) É compatível com a progressividade de alíquotas.
- 31- Segundo a definição de tributo presente no Código Tributário Nacional, uma de suas características é a de não constituir sanção por ato ilícito. Assim sendo, julgue como Falso (F) ou Verdadeiro (V) os itens a seguir e assinale a opção correta.
- I. Ainda no caso de furto de sinal por “clonagem”, o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – é devido sobre o serviço de telefonia móvel onerosamente contratado de operadora por usuário.
 - II. A renda obtida com o tráfico de drogas deve ser tributada, já que o que se tributa é o aumento patrimonial, e não o próprio tráfico.
 - III. No caso de importação ilícita, reconhecida a ilicitude e aplicada a pena de perdimento, não poderá ser cobrado o imposto de importação, já que “importar mercadorias” é elemento essencial do tipo tributário.
 - IV. As vendas inadimplidas equivalem às vendas canceladas para fins de incidência tributária, eis que no sistema tributário nacional, embora tenha consagrado o regime de competência como a regra geral de apuração dos resultados, o inadimplemento constitui hipótese de cancelamento de venda, e não tendo ingressado a receita de venda, não há que se falar em tributação.
- a) F, V, V, F
 - b) V, V, V, F
 - c) F, V, V, V
 - d) V, F, V, F
 - e) V, V, F, F

- 32- Sobre as taxas, espécie tributária prevista pelo art. 145, inciso II da Constituição Federal, julgue os itens abaixo e a seguir assinale a opção correta.
- I. O texto constitucional diferencia as taxas decorrentes do exercício do poder de polícia daquelas de utilização de serviços específicos e divisíveis, facultando apenas a estas a prestação potencial do serviço público.
 - II. O Supremo Tribunal Federal entende como específicos e divisíveis, e passíveis de tributação por meio de taxa, os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, desde que essas atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral (*uti universi*) e de forma indivisível.
 - III. Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
 - IV. A taxa, enquanto contraprestação a uma atividade do Poder Público, não pode superar a relação de razoável equivalência que deve existir entre o custo real da atuação estatal referida ao contribuinte e o valor que o Estado pode exigir de cada contribuinte, considerados, para esse efeito, os elementos pertinentes às alíquotas e à base de cálculo fixadas em lei.
- a) Apenas I, II e IV estão corretos.
 - b) Apenas I, III e IV estão corretos.
 - c) Apenas II e IV estão corretos.
 - d) Apenas III e IV estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.
- 33- O Imposto sobre a Exportação – IE, cuja competência pertence à União, incide na exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados. Sobre ele é incorreto afirmar que:
- a) nacionais são os produtos produzidos no próprio país.
 - b) nacionalizados são os produtos que tenham ingressado regularmente para incorporação à economia nacional, submetendo-se ao desembaraço aduaneiro, vale dizer, com a respectiva tributação, sendo o caso.
 - c) incide também sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.
 - d) a exportação temporária, quando amparada em regime especial de suspensão de impostos, em que não se tenha a incorporação à economia de outro país, não se sujeita à sua incidência.
 - e) o fato gerador ocorre com a saída física do produto do país, pouco importando, portanto, a data do registro da operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX.
- 34- Ao dispor sobre o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, a Constituição Federal previu que ele terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo seu contribuinte na forma da lei. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:
- a) caberá à lei ordinária federal estabelecer os critérios para a diminuição do impacto do IPI na aquisição de bens de capital.
 - b) tal diminuição poderá se dar mediante autorização para apropriação de crédito relativo ao IPI incidente na operação e sua utilização na compensação com o devido pela empresa adquirente em outras operações ou seu ressarcimento em dinheiro.
 - c) tal diminuição poderá se dar mediante o estabelecimento de critérios a serem observados pelo Executivo na redução das alíquotas relativas a operações com tais bens.
 - d) referido dispositivo constitucional é autoaplicável, no sentido de que tem a eficácia imediata de impedir a validade de lei ou ato normativo que atue em sentido contrário, aumentando o impacto do IPI na aquisição de bens de capital.
 - e) referido dispositivo não ampara o reconhecimento do direito à imunidade de tais operações ao IPI.
- 35- Sobre as contribuições, pode-se afirmar que:
- a) no caso da contribuição de intervenção no domínio econômico, é considerada inconstitucional a lei orçamentária no que implique desvio dos recursos das contribuições para outras finalidades que não as que deram ensejo à sua instituição e cobrança.
 - b) alterar a finalidade da exigência de uma contribuição para a seguridade social significa alterar a própria exigência, o que a faz deixar de ter fundamento constitucional, não podendo subsistir.
 - c) é vedado que impostos e contribuições possuam idêntica base de cálculo.
 - d) nas contribuições especiais, haverá sempre a identidade entre o sujeito ativo e a pessoa jurídica destinatária dos recursos e que terá a obrigação de lhes dar a finalidade que fundamenta a sua instituição.
 - e) a referibilidade é um traço que caracteriza as contribuições, assim como os demais tributos.

- 36- A Constituição Federal prevê que as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei serão isentas das contribuições para a seguridade social. Sobre os requisitos estabelecidos em lei para a fruição deste benefício, julgue os itens abaixo. Em seguida, assinale a opção que corresponde às respostas.
- I. Trata-se de benefício a ser concedido a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços unicamente na área de assistência social.
 - II. Tais entidades deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional.
 - III. Tais entidades deverão prever em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.
- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - b) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - c) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) Nenhum item está correto.
- 37- A Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – constitui espécie tributária prevista no art. 195, alínea b, da Constituição Federal, e tem como base de cálculo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Sobre ela, podemos afirmar que
- a) não incide sobre a receita oriunda da locação de bens móveis, se esta não for a atividade econômica preponderante da pessoa jurídica.
 - b) são contribuintes da Cofins as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.
 - c) para a determinação da base de cálculo da Cofins, é relevante o exame da classificação contábil adotada para as receitas.
 - d) há incidência da Cofins sobre os valores recuperados a título de tributo pago indevidamente pelo contribuinte.
 - e) receitas de terceiros integram a base de cálculo da Cofins, quando sua atividade for a de prestação de serviços de gerenciamento daquelas.
- 38- Sobre a disciplina constitucional do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é correto afirmar que
- a) será sempre seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, e não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
 - b) resolução do Senado Federal, de iniciativa exclusiva de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
 - c) é facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.
 - d) suas alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais, em nenhuma hipótese.
 - e) em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interna, quando o destinatário for contribuinte dele.
- 39- O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, de competência dos Estados e do Distrito Federal, possui como fato gerador a propriedade de veículos automotores. Sobre ele, podemos afirmar que
- a) o termo veículo automotor não compreende os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos (ônibus elétrico).
 - b) consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o conceito de veículo automotor alcança embarcações e aeronaves.
 - c) o veículo novo ou usado, exposto à venda na concessionária, já enseja a cobrança de IPVA.
 - d) no caso de um sinistro, havendo a perda total do veículo, não se pode falar em propriedade que permita a exação, não sendo, portando, devido o IPVA.
 - e) no caso de veículo furtado, da mesma maneira que ocorre no sinistro com perda total, não é devido o recolhimento, ainda que depois de um tempo o veículo retorne ao proprietário.
- 40- Na entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, pode-se afirmar, exceto, que:
- a) há operação relativa à circulação de mercadoria sujeita à incidência do ICMS em operação de arrendamento mercantil contratado pela indústria aeronáutica de grande porte para viabilizar o uso, pelas companhias de navegação aérea, de aeronaves por ela construídas.
 - b) o fato gerador do ICMS não ocorre com a entrada no estabelecimento do importador, mas, sim, quando do recebimento da mercadoria, ao ensejo do respectivo desembaraço aduaneiro.

- c) o ICMS é devido, ainda que o importador não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a finalidade do bem importado.
- d) o ICMS cabe ao Estado em que estiver localizado o porto de desembarque e o destinatário da mercadoria, não prevalecendo a forma sobre o conteúdo, no que procedida a importação por terceiro consignatário situado em outro Estado e beneficiário de sistema tributário mais favorável.
- e) o sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria, pouco importando se o desembarço aduaneiro ocorreu por meio de ente federativo diverso.
- 41- Assinale a opção que, a teor do disposto no Código Tributário Nacional, não constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- a) Recurso interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- b) Adesão, por parte do contribuinte, a parcelamento.
- c) Depósito de montante integral para garantia do juízo.
- d) Consignação em pagamento.
- e) Concessão de antecipação de tutela em ação judicial.
- 42- Sobre a interpretação e integração da norma tributária, assinale a opção incorreta.
- a) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- c) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente e nesta ordem, a equidade, os princípios gerais do direito e a analogia.
- d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- e) Assim como o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, de igual forma o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- 43- A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação. Sobre o tema, assinale a opção incorreta.
- a) Ao atribuir a responsabilidade a terceiro, a lei tanto pode excluir a responsabilidade do contribuinte como atribuí-la a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- b) É responsável tributário, por substituição, o industrial, o comerciante ou o prestador de serviço, relativamente ao imposto devido pelas anteriores ou subseqüentes saídas de mercadorias.
- c) Em operações interestaduais, a exigência antecipada do diferencial de alíquotas constitui espécie de substituição tributária.
- d) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- e) Cabe à lei ordinária dispor sobre substituição tributária.
- 44- Constituem hipóteses de revisão de ofício do lançamento efetuado pela autoridade administrativa, exceto quando
- a) deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- b) se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
- c) se comprove falsidade, erro ou omissão quanto aos elementos definidos pela autoridade administrativa como sendo de declaração obrigatória.
- d) a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- e) se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

45- O Código Tributário Nacional prevê hipóteses de suspensão do crédito tributário, entre elas a concessão de liminar em mandado de segurança. Sobre este, em matéria tributária, podemos afirmar que

- a) no caso de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a autoridade coatora em face de quem deverá ser interposto dependerá de estar o tributo em fase de fiscalização, de julgamento ou já inscrito em dívida ativa.
- b) somente se prestará para discussões que exijam dilação probatória nos casos em que seja cabível mandado de segurança coletivo.
- c) a liminar, ainda que tenha natureza precária, garante os atos praticados enquanto em vigor, ainda que não venha a ser confirmada ao final, pela decisão meritória.
- d) o mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- e) o Juiz pode, em alguns casos, condicionar o deferimento de liminar ao depósito judicial do montante integral do tributo.

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL

46- Sobre o objeto do Direito Tributário Internacional, é incorreto afirmar que:

- a) escapam ao objeto do Direito Tributário Internacional as situações puramente internas.
- b) segundo a doutrina, na delimitação do objeto do Direito Tributário Internacional, é necessário que se parta da consideração, de um lado, do caráter cosmopolita do homem, e, de outro, da soberania tributária dos Estados.
- c) o Direito Tributário Internacional tem por objeto a dupla tributação internacional e a dupla não tributação internacional.
- d) há autores que consideram como objetos do Direito Tributário Internacional os conflitos de leis tributárias no âmbito internacional.
- e) a dupla não tributação internacional ocorre, via de regra, por meio da imunidade tributária internacional.

47- No que concerne à denominação e às fontes do Direito Tributário Internacional, é incorreto afirmar que:

- a) a denominação da disciplina não é pacífica entre os autores que cuidam do tema. Há os que distinguem o Direito Tributário Internacional do Direito Internacional Tributário. A controvérsia decorre, principalmente, das diferenças de concepções existentes entre o Direito interno e o Direito Internacional.
- b) entre as fontes internacionais do Direito Tributário os tratados ocupam lugar de relevo.
- c) o costume tem tido aplicação restrita no âmbito do Direito Tributário Internacional.
- d) a jurisprudência internacional não é considerada fonte do Direito Tributário Internacional.

e) as normas do Direito Tributário Internacional são emanadas tanto de fonte interna quanto de fonte internacional.

48- Sobre a delimitação da competência tributária internacional em matéria de impostos sobre a renda e o capital, é incorreto afirmar que:

- a) no Brasil, de acordo com o art. 25 da Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no que concerne ao imposto de renda das pessoas jurídicas, o critério adotado é o da fonte.
- b) para proceder à delimitação da competência tributária internacional os Estados se inspiram no princípio da territorialidade e/ou no princípio da universalidade.
- c) o princípio da não discriminação consta em Convenção Modelo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- d) os critérios de delimitação da competência tributária internacional variam de acordo com os tributos em consideração.
- e) ainda hoje se trava um conflito entre dois grandes princípios em matéria de tributação da renda e do capital: o princípio da fonte e o princípio da residência.

49- Objetivando evitar ou a eliminar a dupla tributação internacional, os Estados geralmente adotam os seguintes métodos, exceto:

- a) método da isenção.
- b) método da imunidade.
- c) método da redução da alíquota.
- d) método da imputação.
- e) método da dedução de impostos pagos no exterior.

50- Sobre a dupla tributação internacional, bem como sobre a interpretação e o âmbito de aplicação das convenções destinadas a evitá-la, assinale a opção incorreta.

- a) Segundo a doutrina, dupla tributação internacional "é o fenômeno que ocorre quando dois Estados submetem uma pessoa ao pagamento de tributos em razão do mesmo fato gerador".
- b) A dupla tributação internacional pode apresentar consequências também na esfera das relações culturais entre os Estados.
- c) A dupla tributação internacional pode ser um empecilho às relações econômicas, porém, a maioria da doutrina entende que ela é justa, eis que observa o princípio da capacidade contributiva.
- d) Os tratados deverão ser interpretados de boa-fé, de harmonia com o significado comum a ser dado aos termos do tratado no seu contexto e à luz do seu objeto e finalidade.
- e) De acordo com o art. 32 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, é legítimo o recurso a meios de interpretação suplementar, incluindo os trabalhos preparatórios e as circunstâncias da sua conclusão.

51- Sobre a elisão tributária internacional, é incorreto afirmar que:

- a) um dos pressupostos da elisão fiscal internacional é a existência de dois ou mais ordenamentos tributários, dos quais um ou mais se apresentam, em face de uma situação concreta, como mais favoráveis que o outro ou outros.
- b) a elisão fiscal subjetiva opera através dos elementos de conexão subjetiva, tais como residência ou domicílio do sujeito passivo.
- c) a elisão fiscal objetiva pode desdobrar-se em espécies, conforme o objetivo do contribuinte, cuja finalidade pode ser dividir, acumular ou transferir o rendimento.
- d) de acordo com a doutrina, em muitos países, faz-se a distinção entre elisão tributária aceitável e elisão tributária inaceitável.
- e) a elisão tributária é um meio de evitar a instituição, reduzir o valor ou retardar o surgimento de obrigação tributária, desrespeitando diretamente dispositivo normativo.

52- Analise os itens a seguir, classificando-os como Verdadeiros (V) ou Falsos (F). Em seguida, assinale a opção correta.

- I. São exemplos de elisão tributária internacional: uma pessoa que realiza atividades tributáveis deixar de notificar às autoridades tributárias a respeito de sua presença ou de suas atividades no país; deixar de informar o valor total da renda tributável.
- II. São exemplos de meios de evasão tributária internacional: transferência de residência do contribuinte de um país para outro onde a tributação seja inferior ou onde, no seu caso, não haja tributação; transferência de rendimentos de fonte doméstica para uma entidade estrangeira controlada, estabelecida em paraíso fiscal.
- III. Segundo a doutrina, o “planejamento tributário defensivo” tem por objetivo evitar que o contribuinte venha a pagar, para quitar as obrigações tributárias, quantias superiores às razoavelmente esperadas e efetivamente devidas, enquanto o “planejamento tributário ofensivo”, é aquele em que as considerações de natureza tributária constituem a principal motivação para a realização de determinadas transações.
- IV. A “economia de tributo” consiste em evitar o encargo tributário ou em reduzir o valor de tributo a ser pago, com o uso de práticas legais.

- a) Estão corretos somente os itens I e III.
- b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
- c) Estão corretos somente os itens I e II.
- d) Estão corretos somente os itens III e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

53- Analise os itens a seguir, classificando-os como Verdadeiros (V) ou Falsos (F). Em seguida, assinale a opção correta.

- I. Um dos meios de proteção da concorrência, no plano do Direito Tributário Internacional, são os tratados contra a dupla tributação.
- II. Com os tratados bilaterais fiscais não se confundem as Convenções-tipo, que se limitam a traçar um modelo para as partes. Tal figura reveste a natureza jurídica de mera recomendação.
- III. A partir da Primeira Guerra Mundial começam a se estipular convenções tendentes a eliminar duplas tributações entre países europeus, sob os auspícios da Liga das Nações.
- IV. A tendência no sentido da atenuação, por via convencional, das duplas tributações não tem se circunscrito ao mundo industrializado.

- a) Estão corretos somente os itens I e III.
- b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
- c) Estão corretos somente os itens I e II.
- d) Estão corretos somente os itens II e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

54- Sobre o processo de elaboração das convenções destinadas a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão tributária em matéria de impostos sobre a renda e o capital, é correto afirmar que:

- a) a assinatura da convenção não cria, por si, o vínculo convencional.
- b) nos termos da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais, exceto os que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) de acordo com o art. 21, inciso I da Constituição Federal, a competência para manter relações com Estados Estrangeiros e participar de organizações internacionais é da União, Estados e Municípios.
- d) segundo a Constituição Federal, no que concerne à celebração de tratados, convenções e atos internacionais, a competência é do Presidente da República e Governadores.
- e) o Congresso Nacional não tem competência para referendar tratados, acordos ou atos internacionais, uma vez que isto significaria intervenção indevida do Poder Legislativo nos atos do Poder Executivo, afrontando o Princípio da Separação dos Poderes.

55- Sobre a incorporação dos tratados internacionais ao direito positivo interno, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, é correto afirmar que:

- a) o sistema constitucional brasileiro não consagra o princípio do efeito direto e nem o postulado da aplicabilidade imediata dos tratados e convenções internacionais.
- b) a relação de eventual antinomia entre o tratado internacional e a Constituição Federal impõe que se atribua, dentro do sistema de direito positivo vigente no Brasil, precedência hierárquica à ordem normativa consubstanciada no texto do tratado internacional.
- c) os tratados e convenções celebrados pelo Brasil, à exceção daqueles que objetivam evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, devem necessariamente conformar-se ao domínio normativo da Constituição da República.
- d) é na controvérsia doutrinária que antagoniza monistas e dualistas que se deve buscar a solução normativa para a questão da incorporação dos atos internacionais ao sistema de direito positivo interno brasileiro.
- e) os tratados ou convenções internacionais que versem sobre matéria de qualquer natureza, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, no mesmo plano de validade da Constituição Federal.

56- Em relação à troca de informações em matéria tributária com base em tratados internacionais, é incorreto afirmar que:

- a) a troca de informações entre Estados estrangeiros configurou-se instrumento de grande importância nos últimos anos, diante da nova realidade da globalização econômica.
- b) o parágrafo único do art. 199 do Código Tributário Nacional, incluído pela Lei Complementar n. 104, de 10 de janeiro de 2001, autoriza a Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, a permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- c) a transparência fiscal é um importante princípio de legitimação do ordenamento tributário internacional. Informa, inclusive, a elaboração de normas antielisivas e de combate à corrupção. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil é membro, vem exercendo relevante papel na defesa do aludido princípio.
- d) o art. 26 da Convenção Modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para evitar a dupla tributação dispõe sobre a troca de informações entre autoridades competentes dos Estados contratantes.
- e) a troca de informações em matéria tributária entre Estados estrangeiros se insere num contexto que materializa a ação dos Estados contra práticas evasivas e elisivas.

57- Analise os itens a seguir, classificando-os como Verdadeiros (V) ou Falsos (F). Em seguida, assinale a opção correta.

- I. A celebração de tratado autoriza os Estados a obter e a transmitir incondicionalmente informações tributárias sobre os contribuintes nacionais ou estrangeiros, bem como a informar sobre a natureza das operações por eles realizadas envolvendo um ou mais de um Estado.
 - II. Na celebração de tratado versando sobre a troca de informações os direitos e as garantias individuais dos contribuintes devem ser respeitados.
 - III. Haja vista a crescente importância do intercâmbio de informações como instrumento no combate à elisão e à evasão tributária internacional, o referido ajuste não é alvo de limitações.
 - IV. Diante do conflito entre um tratado internacional que verse sobre a troca de informações em matéria fiscal e a Constituição Federal, prevalece esta última.
- a) Estão corretos somente os itens I e III.
 - b) Estão corretos somente os itens I, II e III.
 - c) Estão corretos somente os itens I e II.
 - d) Estão corretos somente os itens II e IV.
 - e) Todos os itens estão corretos.

58- Sobre os paraísos fiscais, considerando a doutrina e Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é correto afirmar que:

- a) a concorrência fiscal danosa, que se configura também através dos paraísos fiscais, é realizada pelos contribuintes, sem a participação do Estado Fiscal.
- b) a falta de efetivo intercâmbio de informações, apesar de suas consequências no que tange à concorrência tributária prejudicial, não é considerado um critério identificador dos paraísos fiscais.
- c) a ausência de atividades econômicas substanciais por parte dos contribuintes que se habilitam ao benefício tributário é considerado um critério identificador dos paraísos fiscais.
- d) os paraísos fiscais raramente são considerados atrativos aos investidores.
- e) a concessão de benefícios tributários de modo não transparente, muito embora possa configurar prática prejudicial à concorrência, não é um dos critérios utilizados para a identificação de paraísos fiscais.

59- Sobre o tema da concorrência tributária internacional prejudicial, é incorreto afirmar que:

- a) a concorrência tributária internacional pode ser benéfica ou nociva.
- b) no âmbito da União Europeia, em 1997, a concorrência fiscal prejudicial foi objeto de um Código de Conduta para a tributação de empresas, juridicamente vinculativo e importante instrumento de força política no sentido de que os Estados membros se abstenham de adotar medidas que configurem concorrência tributária prejudicial.
- c) em 1998, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aprovou Relatório que contém os fatores de identificação das práticas tributárias prejudiciais e recomendações para combatê-las. De acordo com a doutrina, o Relatório consagra a chamada "regra dos três R".
- d) ao dispor acerca das práticas tributárias prejudiciais, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trata dos paraísos fiscais e dos regimes tributários preferenciais prejudiciais.
- e) segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os paraísos fiscais podem ser classificados em "cooperantes" e "não cooperantes".

60- De acordo com Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são fatores para a identificação dos regimes tributários preferenciais prejudiciais, exceto:

- a) alíquotas de tributação efetivas nulas ou mínimas.
- b) regimes isolados dos mercados domésticos dos países em causa.
- c) falta de transparência.
- d) falta de troca efetiva de informações quanto aos contribuintes que se beneficiam do regime.
- e) impossibilidade de negociação de alíquotas e bases de cálculo.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br